

O que está por trás da paralisação da Polícia da Província de Buenos Aires?

Baixos salários, condições de trabalho precárias e falta de investimentos vieram à tona com a Covid-19, mas a situação piorou depois que o governo argentino ignorou os policiais da ativa e anunciou a contratação de novos agentes

Tobías Schleider
15 de setembro de 2020

REPRODUÇÃO / GPBA



Anúncio do Governo de Buenos Aires para a contratação de mais policiais até o fim do ano

Dos 45 milhões de habitantes da Argentina, a Província de Buenos Aires abriga cerca de 17 milhões. Sua polícia conta com mais de 90 mil agentes, que recebem cerca de 37 mil pesos (US\$ 470, no câmbio oficial) ao ingressar na corporação. De acordo com as medições do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), em julho de 2020 uma família de quatro pessoas precisava de 44.521 pesos para não ficar abaixo da linha da pobreza. Dessa forma, a polícia da província de Buenos Aires é, em sua maioria, *oficialmente* pobres.

Cerca de 50 mil soldados realizam patrulhas nas cidades e quase 5 mil estão fora do serviço ativo. Os demais cumprem funções diversas, como treinamento, atendimento às vítimas de violência de gênero, patrulhamento rural, investigações, combate a incêndios, segurança viária e tarefas administrativas.

Em 2014, a Polícia da Província de Buenos Aires - conhecida como *La Bonaerense* - contava com cerca de 50 mil agentes no total. O então governador Daniel Scioli - hoje embaixador argentino no Brasil - resolveu, por meio de decreto, incorporar, com treinamento expresso e seleção desigual, mais 40 mil para integrar as Unidades Locais de Prevenção, híbridos de policiais e guardas municipais que hoje já foram totalmente absorvidos pela sede central da polícia.

Na segunda semana de setembro de 2020, a polícia da Província de Buenos Aires iniciou uma greve. Em várias cidades do território provincial, concentraram-se, em frente às sedes ou pelas ruas, policiais aposentados, familiares e alguns em atividade, que foram se somando pouco a pouco. Eles chegaram a fazer manifestações com as sirenes de suas viaturas ligadas diante do gabinete do ministro de Segurança da Província de Buenos Aires, Sergio Berni, da residência do governador, Axel Kicillof, e da residência do presidente Alberto Fernández. O protesto ganhou espaço público e dramático nas fronteiras, quando um policial escalou uma torre de comunicações e ameaçou se jogar caso não recebesse aumento de salário.

Superada a falta de coordenação inicial - na Argentina, os policiais estão proibidos de se sindicalizar -, os manifestantes conseguiram apresentar uma petição às autoridades. Nela, exigiram um aumento salarial expressivo (superior a 60%) e que acompanhe a inflação (53,8% para 2019, a maior em 28 anos, com média anual estimada em 42,39% segundo dados do INDEC atualizados para Julho de 2020). Além disso, solicitaram o aumento das horas extras, um bônus para atividades de risco durante a pandemia e suprimentos para proteção contra COVID-19. Por fim, em seu aspecto mais polêmico, exigiram a garantia de que não seriam punidos por terem entrado em greve, isto é, assumido o duplo caráter de policiais uniformizados e manifestantes.

Compreender as razões e as consequências desses eventos é difícil. De qualquer forma, as seguintes considerações não podem ser perdidas.

O governador Axel Kicillof é um economista com origens na esquerda estudantil, que foi recrutado pela atual vice-presidente Cristina Fernández de Kirchner, quando ela era presidente, para seu grupo político. Ele foi seu ministro da Economia, seu principal candidato a legislador e considerado seu sucessor na maior província do país. Sergio Berni, hoje ministro da Segurança da província e ex-secretário de Segurança do governo de Cristina Fernández de Kirchner, é um médico militar que se define como um orgulhoso representante da direita (seus rivais externos e internos lhe atribuem a "*bolsonorização* da política nacional") e que também integra o círculo de preferência da vice-presidente, com projeção eleitoral. A coexistência de dois atores tão díspares na tentativa de liderar a segurança da Província de Buenos Aires provavelmente se explica, no que é relevante, pela escassa diferença prática entre os planos de segurança implementados por certos progressistas e por alguns representantes da direita na região.

Este é um fenômeno argentino e regional. Ao tradicional desrespeito pela segurança por parte deste *progressivismo de aparências* (um problema "social" que se resolve "com mais educação e mais trabalho"), que acaba cedendo esse terreno à concepção de segurança exclusivamente vinculada à força policial, abraçada pela direita demagógica, acrescenta-se um fenômeno novo. A *direita em sua versão midiática* tornou-se meramente discursiva: não se preocupa mais com a efetividade real, nem pode ser considerada pró-polícia: afirma favorecer as polícias, mas na verdade as confronta. Os *manoduristas* locais, que defendem uma ação mais dura da corporação, não são pró-policiais, antes de mais nada, porque não o sabem ser. Eles se mostraram incapazes de construir uma polícia moderna e profissional. Negligenciaram suas condições de trabalho (a precariedade das forças vai além do salário, que é de fome, pelo menos nas etapas iniciais da profissão), sua formação, seu controle e a construção da confiança pública.

Tudo se exacerbou com a pandemia. A Polícia da Província de Buenos Aires, que faz parte de um dos setores mais precarizados do funcionalismo público, é hoje, junto com os trabalhadores da saúde, a mais exposta ao vírus e ao descontentamento social. São em sua maioria homens e mulheres, com treinamento mínimo e quase nenhum descanso, ferramentas de trabalho insuficientes, obsoletas ou autofinanciadas e demandas enormes a gerir. Além disso, com bolsões de corrupção que são sempre tentadores e colegas de outras jurisdições que trabalham menos e cobram mais, ou seja, vivem melhor: a Polícia da Cidade Autônoma de Buenos Aires, por exemplo, recebe como base cerca de 50 mil pesos e tem melhores condições de trabalho e benefícios para a saúde.

Qualquer sindicato se revoltaria nessas circunstâncias. Quando você é proibido de se sindicalizar, tem uma liderança confusa, e que, além disso, carrega armas durante todas as horas de todos os seus dias, o caos é quase uma conclusão lógica.

E o caos voltou. Situações semelhantes ocorreram em 2013 na Província de Córdoba e na própria Província de Buenos Aires dois anos depois. A esta vaga memória juntou-se a reclamação exitosa da Polícia da Província de Misiones, há poucos dias. Esta pode ter sido a centelha inicial. Mas o papel da tocha pode ser atribuído a uma situação mais próxima. O presidente Fernández anunciou um Programa de Segurança para a Grande Buenos Aires, a área mais quente do país e a mais atingida pela COVID, que ignorou - por ignorância ou inexperiência - a Polícia da Província de Buenos Aires. Ele prometeu 2,2 mil carros, melhorias em 96 delegacias de polícia, 12 novas unidades penitenciárias para 5 mil presos e outras medidas semelhantes que, indiretamente, poderiam resultar em melhores condições de trabalho para os policiais, mas que não afetariam seus salários. No total, seriam 37.700 bilhões de pesos (cerca de US\$ 480 milhões) que passariam ao largo. E, para piorar a situação, anunciou reforços para a força existente, com o empréstimo de *gendarmes* (a força federal originalmente dedicada à custódia das fronteiras internas do país, hoje focada em grande parte na segurança urbana) e a incorporação de novas agentes. Como se os que existem precisassem de ajuda e sangue novo. Como se não bastassem.

É o mesmo presidente que inexplicavelmente assumiu a voz protagonista no conflito, numa jurisdição e perante uma força policial sobre a qual não possui ingerência, frente ao silêncio estrondoso do governador e de seu ministro. E que admitiu tanto a legitimidade da demanda quanto a inconveniência de sua forma de manifestação. E injetou dinheiro que será distribuído para fazer os remendos. Criou um Fundo de Fortalecimento Fiscal da Província de Buenos Aires, com 9 bilhões de pesos (US\$ 114 milhões) para o resto do ano e 45 bilhões de pesos (US\$ 570 milhões) para 2021. É um dinheiro que será levado embora, certamente com conflitos, da jurisdição de oposição mais significativa, a Cidade Autônoma de Buenos Aires, que hoje gasta quase três vezes mais por habitante com segurança do que a província e tem o dobro de funcionários na área para cada 100 mil habitantes: esses 45 bilhões anuais equivalem à metade do orçamento de Segurança da Cidade de Buenos Aires.

Segundo o decreto presidencial, este dinheiro também não irá necessariamente para a Polícia. No entanto, o governador já anunciou que destinará grande parte para aumentar os salários (a 44 mil pesos piso, longe dos 60 mil que eram exigidos, exceto se fossem completados com horas extras), uma soma adicional para adquirir uniformes (5 mil pesos) e um aumento no valor das horas extras (de 40 pesos para 120). Sem detalhes, foi declarada a realocação de dois hospitais para atendimento exclusivo de uniformizados e o reforço do atendimento psicológico. Por fim, avançou-se a criação do Instituto Universitário Juan Vucetich, que já havia sido anunciado em mais de uma ocasião. A recepção dessas promessas foi morna. Porta-vozes improvisados categorizaram-nas como insuficientes, em quantidade e qualidade: nada foi dito sobre as condições do trabalho diário, nem sobre os materiais de saúde, nem sobre o perdão do protesto. A greve não parou imediatamente.

Algumas das queixas da polícia (parcialmente satisfeitas ou ignoradas) são de fato razoáveis. Alguns de seus métodos, não. Mas - sem que isso justifique fins ou meios - é ingênuo ou capcioso ignorar a responsabilidade dos governantes pelo caos. Uma gestão que vocifera e não escuta, que proíbe a representação sindical e que duvida de maneira ostensiva, não deixa espaço para alternativas simples. Depois vêm o uso de ambos os lados (os que oxigenam, com pose preocupada, a reclamação; os que exageram a iminência do surto que não chega), os anúncios *salvadores* do Executivo (nacional) e o risco de manifestações em cadeia. O tempo dirá como continua essa história que é escrita à medida que a lemos.

Tobías Schleider

Doutor em Filosofia do Direito, consultor internacional e pesquisador do Instituto Latinoamericano de Segurança e Democracia

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/msue3vm5v3>

